

## CIÊNCIA E MERCADO: O PAPEL FORMADOR DA UNIVERSIDADE

Pedro Goergen\*

**Resumo:** No presente texto, o autor defende a tese de que a formação em nível superior não pode limitar-se a instrumentalizar profissionalmente os estudantes, mas deve ser uma educação integral que inclui as dimensões cultural, ética e política. Paralelamente a esse argumento, desdobra-se outro que remete ao sentido social da universidade que, na visão do autor, não se esgota na prestação de serviços à sociedade, mas abrange a reflexão crítica da própria organização social. As duas teses confluem para a recuperação do sentido humano da pesquisa e do ensino universitários. Para que isso possa ser alcançado no contexto de uma sociedade profundamente transformada, é preciso que a universidade retome o exame de sua função e identidade na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** educação superior; universidade e sociedade; formação superior integral; universidade e emprego; universidade e empresa; formação profissional superior.

**Abstracts:** The article is a defense of the thesis that higher education cannot be merely an instrument for professional development, but should cover, instead, all aspects of education, including its cultural, ethical and political dimensions. In parallel to this argument, another one is presented about the social meaning of the university, which is not at all exhausted in rendering services to society but must also include a critical reflection of the very organization of society. The two theses converge in the recuperation of the human meaning of the teaching and research in an university context. For this to take place in a profoundly transformed society, the university must resume the examination of its function and identity in contemporary society.

**Keywords:** higher education; university and society; university and employment; university and business; professional development.

### Introdução

Embora atualmente se fale muito da relação entre ciência e sociedade, não se trata de um tema propriamente novo. Já na passagem da Idade Média para a Moderna, o sentido prático da ciência era uma preocupação central daqueles que estavam envolvidos com a produção científica. Aliás, sob certo ponto de vista, pode-se dizer que essa preocupação foi o motor do desenvolvimento de toda a ciência moderna. O movimento racionalista teve seu primeiro apogeu com Descartes não só porque afirmou a autonomia da razão, mas porque lhe conferiu um sentido prático de controle racional da natureza. O mesmo princípio seria reforçado, mais tarde, pelo *savoir pour prévoir* dos positivistas.

Para a universidade, essa relação entre ciência e sociedade assume hoje grande relevância porque cada vez mais exige-se dela orientação prática no que concerne às suas principais atividades de ensinar e pesquisar. Gerou-se uma grande polêmica em torno desse assunto em que se defrontam aqueles que seguem defendendo a neutralidade e isenção da instituição acadêmica e estes outros que a desejam preocupada predominantemente com temas práticos.

O primeiro grupo afirma o modelo humboldtiano de universidade que desvinculava ensino e pesquisa de qualquer compromisso direto com a prática. Na verdade, a orientação dada

\* Professor titular da Faculdade de Educação da Unicamp.

à universidade de Berlim (1808) por Humboldt resultou de uma controvérsia entre posições discordantes sobre o assunto. Deve a universidade, esta era a questão, dedicar-se ao saber pelo saber, preservando a sua autonomia perante as questões práticas, ou buscar conhecimentos capazes de interferir na realidade? Do conhecido debate, no qual envolveram-se pensadores famosos como Fichte, Schleiermacher além do próprio Humboldt, saiu vitoriosa a posição deste último favorável a uma ciência pretensamente neutra e independente. Esse princípio tornou-se a marca da tradição universitária alemã e, por força de sua difusão pelo mundo, uma marca da universidade em geral.

Esse modelo de uma universidade autônoma e independente teve sua contrapartida na universidade francesa e é nela que o segundo grupo, antes mencionado, encontra suas raízes. Napoleão atrelou a universidade ao Estado com o objetivo de que ela desenvolvesse um saber profissionalizante e prático e formasse profissionais para o desempenho de funções requeridas pelo Estado e pelo sistema econômico. Deu-lhe, portanto, um sentido bem prático.

As diferenças entre esses dois modelos constituem até hoje o eixo principal do debate sobre a relação entre universidade e sociedade. Essa continua sendo uma questão de vital importância para a universidade, pois afeta a definição de sua própria identidade, ou seja, diz respeito à função da universidade na sociedade contemporânea. O tema é sobremodo complexo por duas razões principais. Primeiro, porque o distanciamento da universidade de questões imediatas e operacionais não significa que ela perca seu sentido prático uma vez que questões teóricas, aparentemente distantes do real, podem ser muito práticas, e, em segundo lugar, porque o termo "sociedade" não é puro e altruísta, mas envolve interesses do mercado não necessariamente coincidentes ou até contrários aos ideais sociais mais amplos. Na verdade, quando se exige da universidade uma estreita relação com a sociedade, muitas vezes não se tem em mente interesses da sociedade como um todo, mas interesses de grupos hegemônicos materializados e justificados pelas

includíveis leis do mercado. Assim sendo, nem o modelo idealista e nem o modelo pragmatista de universidade podem ser considerados modelos puros. É preciso, portanto, ver com muito cuidado a exigência hoje comum de uma radical guinada pragmática da universidade como forma de superação de uma instituição considerada alienada e sem sentido social e sua substituição por uma instituição socialmente engajada. Como se vê, a relação universidade-sociedade requer uma reflexão acurada sobre ambos os termos dessa relação. Tanto é necessário ter clareza sobre o que é universidade e qual o seu sentido social quanto é necessário designar o que exatamente se entende quando se fala de sociedade. Caso contrário, pode-se incorrer no risco de submeter a universidade a exigências que, na verdade, não representam nem a função da universidade no interior da sociedade e nem aos interesses da sociedade em seu sentido mais amplo.

Nas considerações que farei a seguir, deixo discutir a formação de profissionais como uma das facetas deste vasto tema. Não é minha intenção encontrar formas meramente técnicas de otimizar essa formação, mas elucidar alguns subentendidos que essa atividade acadêmica envolve, com o objetivo de recuperar seu sentido mais amplo de formação humana. A todo instante ficará claro que esse recorte do quadro acadêmico, ao contrário de estar isolado, implica os demais, especialmente o da pesquisa. Nesse contexto, julgo relevante destacar três temas, a saber: a relação universidade e mercado de trabalho, a relação universidade e empresa e a questão da formação profissional propriamente dita. Os dois primeiros itens são de alguma forma preliminares ao terceiro; razão pela qual o último ocupará um espaço mais amplo que os anteriores. Na realidade, os três pontos mencionados, como facilmente se perceberá, estão intimamente ligados entre si, tendo sua separação, antes de mais nada, um sentido didático.

Vou defender o ponto de vista de que a universidade tem um objetivo maior do que o de ser apenas um posto de serviço que, irrefletidamente, deve atender às exigências do

mercado de trabalho, às necessidades das empresas e à instrumentalização de profissionais para o mercado de trabalho. Embora essas sejam tarefas importantes da universidade, ela não pode executá-las de forma acrítica e subserviente, esquecendo seu sentido maior, seja na formação integral dos alunos, seja na busca livre e autônoma do conhecimento e da reflexão crítica e independente sobre o próprio sistema social vigente.

### 1. Universidade e mercado de trabalho

O desemprego estrutural pode ser considerado o mais grave problema do modelo econômico neoliberal, vigente na maioria dos países. Sejam ricos ou pobres, os países têm como preocupação central a escassez de postos de trabalho.<sup>2</sup> Solucioná-lo é uma questão fundamental, pois é inimaginável pressupor a sobrevivência de uma ordem econômica cujo efeito seja o aumento contínuo do desemprego. Nesse sentido, uma das mais importantes tarefas da civilização contemporânea é a de não só repensar o conceito de trabalho, mas também a própria organização social. Duas tendências presentes no mundo atual impõem essa necessidade. Primeiro, a redução do trabalho a emprego e do emprego à renda; e, segundo, a extinção do emprego como fenômeno estrutural do modelo social em vigor. Para Dupas, trata-se “da mancha escura na alma do capitalismo vencedor: o sentimento de insegurança com relação ao emprego e a sensação de exclusão” (1998, p.12). Esta é a principal tragédia que vivem as sociedades nos dias de hoje, sejam elas desenvolvidas ou não.

Se me refiro aqui com ênfase ao caráter estrutural do desemprego, não desejo insinuar que ele não tenha também causas conjunturais. É falso o debate que polariza entre causas estruturais (estruturação produtiva, terceirização, globalização etc.) e conjunturais (política econômica recessiva, juros elevados, defasagem cambial, baixo nível de escolaridade da população etc.) para explicar o desemprego. Ambos os fatores se conjugam e deveriam, por isso, ser levados em conta nas estratégias de seu com-

bate. O que ocorre na realidade é que se busca ou pelo menos se promete combater algumas das causas conjunturais enquanto que as outras, as estruturais, que estão ligadas ao próprio sistema, permanecem intocadas.

Em âmbito mundial, parece que apenas USA e Holanda estão tendo algum sucesso no combate ao desemprego, mas, é necessário que se pergunte, a que custos.<sup>3</sup> As sociedades mais desenvolvidas, por enquanto, ainda conseguem contornar o problema com salários-desemprego, ampliando o tempo de formação dos jovens (daí o conceito de ‘universidade estacionamento’), introduzindo períodos de reciclagem, reduzindo o tempo de serviço, lançando mão do emprego temporário e flexível, eliminando benefícios sociais e assim por diante. Se persistir a tendência atual, e já há fortes indícios nesse sentido, tais recursos muito em breve não mais serão suficientes.<sup>4</sup>

A civilização contemporânea sofre de uma grave miopia economicista. A confluência de ciência, tecnologia, informática e automação tornou possível a otimização do mundo produtivo a ponto de tornar o trabalho, vale dizer o emprego, em grande medida supérfluo. Para o futuro desenha-se um modelo de sociedade que alguns autores chamam de “sociedade 20 por 80”, isso significa que 20% das pessoas que têm condições de trabalhar bastarão para manter o ritmo da economia mundial. Segundo nos dizem Martin & Schumann,

um quinto de todos os candidatos a emprego daria conta de produzir todas as mercadorias e prestar todos os serviços qualificados que a sociedade mundial poderá demandar (1998, pp. 10-11).

Pelo mundo afora, há imensas legiões de seres humanos que passam seus dias mendigando um pouco de trabalho. Não é preciso partilhar a opinião pessimista de Viviane Forrester segundo a qual “uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder” e que, segundo essa lógica, “uma multidão de seres humanos encontra-se sem razão razoável para vi-

ver neste mundo onde, no entanto, eles encontraram a vida”(1997, p.27)<sup>5</sup> para reconhecer que a situação é extremamente grave, sobretudo quando se tem em conta o destino único e individual de tantas pessoas. Particularmente os jovens sentem o terror de estarem impossibilitados de exercer suas profissões, por melhor que, eventualmente, seja a sua formação pelo simples fato de faltarem postos de trabalho. A influência que essa perspectiva tem sobre a sua formação ainda foi pouco estudada. Pela tendência atual, o trabalho torna-se supérfluo e desnecessário na mesma medida em que as pessoas o desejam desesperadamente por ser ele a única forma de realização individual. O trabalho, que já foi considerado um castigo humilhante,

continua necessário de uma maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas precisamente à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar, e para os quais o trabalho seria a única salvação (Forrester, 1997, p.112).

Por isso, o impacto dos avanços científico-tecnológicos, desejados por todos, sobre o emprego foi uma das questões mais debatidas ao longo da década de 80 e continua no centro das preocupações, sendo, talvez, o problema mais difícil que a sociedade contemporânea enfrenta. Aos poucos, a antiga fé keynesiana de que com o progresso científico tecnológico viria mais emprego vai sendo abalada. Hoje, conforme dizem Martin & Schumann,

não há executivo de carreira e bem pago, dos setores de ponta e dos países com futuro promissor, que ainda creia na criação de empregos novos e decentes em mercados tecnologicamente avançados – seja qual for a especialidade profissional (1998, p.10).

Avalia-se que o Brasil tenha atualmente 15 milhões de jovens e que desses apenas 20% encontram um emprego. A média de escolarização é de quatro anos. Quanto mais baixo o nível de escolaridade, menor a chan-

ce de encontrar uma colocação no mercado de trabalho. Essa situação tem-se agravado ao longo das últimas décadas na medida em que os trabalhos braçais e mecânicos, para os quais bastava uma educação rudimentar, passaram a ser realizados pelas máquinas. De outra parte, os avanços científico-tecnológicos foram aumentando as exigências do nível de escolaridade dos aspirantes a qualquer tipo de trabalho. Dessa situação tiraram-se duas conclusões. Primeiro, que a realidade do mundo trabalhista está sofrendo profundas transformações em decorrência do desenvolvimento científico-tecnológico, bem como da informatização e automação, com grande incremento do setor terciário e exigência de níveis sempre mais elevados de escolaridade. Segundo, que o desemprego deve-se à instrução precária ou inadequada. Em outros termos, supõe-se que educação suficiente e adequada garante emprego. Durante muito tempo, esse tipo de raciocínio foi usado para explicar o grande volume de desemprego ou subemprego registrado sobretudo entre as populações menos escolarizadas. Atualmente, reconhece-se que essa explicação é parcial e insuficiente. O desemprego não pode ser mais explicado apenas como um fenômeno decorrente da falta de escolaridade, mas deve ser visto como um fenômeno estrutural, inerente ao modelo social em vigor. Há que reconhecer, portanto, que o número de postos de trabalho é inferior ao dos aspirantes ao emprego.<sup>6</sup> Este é o paradoxo máximo da sociedade contemporânea: de um lado, ter atingido um nível muito elevado de desenvolvimento científico-tecnológico, condição sempre tida como suficiente para a solução dos problemas da relação entre a natureza e o homem, garantindo a este conforto e vida boa, e, de outro, ver o homem sendo expurgado do processo como um todo. No dizer de Adorno (1985, p.48),

no trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta.

E o que nem Adorno previa: sequer os alimentos. Assim, o progresso é como uma máquina construída pelo homem que expeliu o próprio homem. Desde o século passado, a relação indivíduo/trabalho transformou-se profundamente. Hoje, um número cada vez maior de pessoas por mais que queiram trabalhar não encontram emprego. Marx dizia que

até a maior facilidade do trabalho tornou-se instrumento de tortura, já que a máquina não dispensa o operário do trabalho, mas faz com que o trabalho perca o interesse (transcrito em Gorz, 1996, p.32).

Se a última parte da frase de Marx continua sendo verdadeira, a primeira parece ter-se convertido em seu contrário. O homem optou por uma forma de desenvolvimento e a aperfeiçoou de tal modo que ele próprio se tornou, pelo menos em grande medida, supérfluo. Sobre o indivíduo paira constantemente, como uma espada de Dâmoqueles, a ameaça da exclusão caso ele não se curvar ante as exigências do sistema. Mas, pior, mesmo aqueles que estão dispostos a inserir-se incondicionalmente no sistema, dispostos a pagar qualquer preço, não são mais necessários. Uns quantos, (segundo os especialistas, literalmente 20%) bastam; o resto é supérfluo.

Segundo Gorz (1986), estamos vivendo um fenômeno de exclusão social, caracterizado por um processo de polarização, que tem sido denominado de sociedade dual, na qual um setor privilegiado da sociedade tem uma relação favorável com o mercado laboral e outro que tem uma relação eventual ou que nunca terá acesso ao trabalho.<sup>7</sup> Nesse sentido, o discurso da crise, ao qual estamos tão acostumados, parece camuflar uma situação que é muito mais trágica do que o caráter de temporariedade inerente ao termo crise parece indicar. Tendencialmente, o trabalho está se tornando um artigo supérfluo e desnecessário na mesma medida em que passa a ser procurado desesperadamente pelas pessoas que necessitam dele como sua única forma de sobrevivência e realização pessoal.

Ocorre uma profunda contradição entre o aperfeiçoamento do sistema, o rodar firme, insensível e lucrativo da engrenagem econômica que se move sob o impulso da produtividade e do lucro e a realização do ser humano. Registra-se uma assincronia entre o sistema e o indivíduo que não pode mais ser superada pelos ajustes educativos do indivíduo. A realização do ser humano exige autonomia, independência e liberdade, mas a lei da sobrevivência condena-o ao jugo e à prostração ante um sistema que, mesmo assim, o abjeta e despreza.

A autonomia, elemento indispensável para a realização do indivíduo, depende essencialmente de sua capacidade reflexiva. O sistema torna-se cada vez mais perverso: na medida em que o emprego escasseia, mais os homens centram e organizam suas vidas a partir do objetivo de alcançá-lo. Num mundo em que a competitividade aumenta constantemente, a educação é canalizada por inteiro para o desenvolvimento das competências para o mundo do trabalho e não para a reflexão. A racionalidade e a lógica, próprias do ambiente de produção, expandem-se para as outras esferas da vida, de modo que tudo passa a ser medido por tais parâmetros. A rapidez com que os indivíduos são solicitados a se posicionarem ante os eventos e fatos exige um mecanismo de julgamento que exclui a experiência e a reflexão. Tudo é enquadrado, avaliado e julgado através de esquemas preestabelecidos. Os indivíduos, acudados pelo ritmo da vida contemporânea, ficam impossibilitados de usarem a experiência como parâmetro orientador da vida, tendo que substituí-la por esquemas *a priori* de julgamento, inventados como respostas-fórmula, ágeis e rápidas (cf. Crochik, 1997, p.13 ss.).

A sociedade contemporânea, do mercado e do lucro, está organizada de tal modo que sua lógica se impõe de forma a dispensar a adesão dos indivíduos para a sua perpetuação. O indivíduo não pode orientar-se pela racionalidade de sua reflexão tendo em conta o seu bem-estar e o dos demais, mas deve obedecer à lógica de um sistema que se impõe como única forma de sobrevivência. O modelo social vigente é imposto ao indivíduo e à comunidade

como o único modelo possível ou viável, não lhe restando outra opção senão integrar-se ou renunciar à vida. Nesse sentido, ainda conforme Crochik, a relação entre indivíduo e sociedade está marcada pelo amor e pelo ódio: pelo amor porque o indivíduo deseja integrar-se a ela, tanto porque precisa integrar-se como ser essencialmente social que é, quanto porque essa é a condição para sobreviver e usufruir as vantagens que o sistema oferece; pelo ódio porque a integração exige que sacrifique sua autonomia, individualidade e intimidade, enfim, sua identidade. Dito de outro modo, o ser humano deve abrir mão de si mesmo para sobreviver.

Na medida em que crescem as exigências para que as pessoas encontrem colocação no mercado de trabalho, cresce a importância da formação em nível superior. Como o mundo laboral é extremamente mutante, exige-se da universidade uma capacidade cada vez maior de adaptação às novas exigências. Insiste-se na questão da instabilidade do mercado de trabalho que tanto sofre uma reorientação em direção ao setor de serviços, quanto se caracteriza pelo rápido desaparecimento e surgimento de campos profissionais. Busca-se relacionar e adaptar a formação a essa realidade de modo que o futuro profissional possa atender às características do mercado. Exige-se, além disso, que os profissionais, egressos da universidade, não estejam somente *up to date* em termos de conhecimentos e habilidades, mas que tenham capacidade adaptativa às sempre novas circunstâncias que devem enfrentar. Toma-se o mercado como elemento dado, como pólo fixo da relação e conclui-se que a universidade deve desenvolver modelos flexíveis, ágeis e atualizados de formação profissional.

Sobre essas questões já existe vasta bibliografia, geralmente interessada no desenvolvimento de modelos de ensino que contemplem conteúdos e métodos mais adequados às necessidades mercadológicas do momento. O fator determinante da relação entre universidade e mercado é exclusivamente o mercado; da universidade espera-se uma resposta adequada. Mesmo correndo o risco de ser voz

dissonante, gostaria de aproveitar o momento para retomar uma questão de fundo, menos relacionada à tarefa prático-pragmática de formar profissionais para o mercado e mais voltada para a função reflexiva da universidade como elemento indispensável da própria formação profissional que, não nego, é tarefa primordial da universidade.

Antes de mais nada é necessário partir de um dado real: a expectativa que tanto determinados setores da sociedade quanto os estudantes têm da universidade é que haja uma relação direta, de causa e efeito, entre aquilo que a universidade pesquisa e ensina (conhecimentos, habilidades etc.) e a sua aproveitabilidade no processo de produção. Ocorre que essa relação de causa e efeito, contra a qual nada há em princípio a opor, vem sofrendo um pernicioso estreitamento economicista. Tudo o que a universidade faz deve ter um efeito econômico. Do ponto de vista do governo, a universidade deve somar para o desenvolvimento do modelo econômico vigente e, do ponto de vista do estudante, ela deve viabilizar uma formação adequada para que ele possa integrar-se no modelo. Esse esquema é descrito como a contribuição da universidade para o desenvolvimento. O que resta perguntar, e esta questão é pouco tematizada, é o que significa desenvolvimento e quem são os fruidores desse desenvolvimento: é o ser humano como um todo ou apenas uma de suas faces, é a sociedade como um todo ou é apenas parte dela? Essa pergunta deve constituir o pano de fundo da relação entre universidade e sociedade. É preciso recuperar a amplitude maior dessa relação causa/efeito no sentido como é mencionado no Relatório da Associação Internacional de Universidades, realizado em Fortaleza, em 1981. Neste documento se lê:

O conceito de função social da universidade supõe, entre outras coisas, a existência de uma relação causa e efeito, entre as capacidades que os estudantes adquirem na universidade e a influência que eles poderão exercer, depois de terminarem seus estudos, sobre o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade (Jannet, 1981, p.100).

O que se constata na realidade é o domínio absoluto do econômico. O político, o social e o cultural passaram ao segundo plano porque são refratários ao economicamente útil, mandamento maior do sistema que se impõe a qualquer preço. É, inclusive, este estreitamento que sustenta os ataques desferidos contra a universidade pública por alguns setores da sociedade e, também, por certos governantes que querem a universidade como uma 'estação de serviços' à disposição dos seus interesses. Seus argumentos fundam-se na matriz que jamais é mencionada: o lucro. Como diz Forrester,

tudo é organizado, previsto, proibido e suscitado em razão dele, que dessa maneira parece inevitável como que fundido à própria semente da vida, a ponto de não se distinguir dela (1997, p.19).

A universidade é instada a submeter-se à lógica do lucro, privilegiando as áreas de maior retorno econômico, mantendo-se as outras atividades a rédeas curtas, submetidas à competição desigual, sem recursos, num mercado que cedeu aos apelos da produtividade e do lucro, onde são condenadas a sobreviverem num meio engendrado por princípios que extrapolam seu próprio sentido. Admitidos esses pressupostos, toda a atividade que não corrobora para seus objetivos é facilmente qualificada de inócua e sem sentido não apenas junto aos grupos de interesse sistemicamente hegemônicos, mas também no interior da própria academia na medida em que esta se torna uma função do próprio sistema. Os próprios estudantes, despojados de quaisquer outras bandeiras ou ideais que se inscrevam no âmbito do político, do social ou do cultural, fazem da preparação para o mercado de trabalho a exclusiva expectativa de sua passagem pela universidade. Saem dela tão toscos quanto entraram, tendo apenas armazenado conhecimentos e adquirido habilidades que facultam seu eventual aproveitamento pelo mercado de trabalho, mas jamais para o exercício da cidadania. Mal sabem que esse mesmo sistema, para o qual tanto desejam ser

instrumentalizados, será, para muitos, o pior dos carrascos, negando-lhes o emprego.<sup>8</sup>

Com a crescente escassez de empregos, a universidade é pressionada a fixar-se cada vez mais na preparação dos alunos para serem vitoriosos na luta pela sobrevivência num mundo laboral onde há espaço só para alguns. Perdem-se de vista outros objetivos maiores, como a formação integral das pessoas para que se tornem cidadãos conscientes e capazes de interferir no sistema para torná-lo mais justo e humano. É ilusório imaginar que o aumento de vagas e uma formação profissional mais adequada por si só irão solucionar o problema da falta de empregos. Não se pode negar que esses são pontos importantes de qualquer agenda política para a educação superior, mas é falacioso e sistêmico permitir que a renovação da universidade se esgote nessas medidas paliativas. A meu ver, a universidade deve à sociedade uma ação crítico-reflexiva mais radical, esclarecedora dos embustes estruturais do modelo de organização social vigente.

Deve-se mencionar um outro aspecto importante que, no entanto, não pode ser detalhado neste momento. Trata-se da reflexão que se faz necessária sobre a própria evolução do trabalho desde o ponto de vista de sua qualidade humana. Como diz Gorz,

na sociedade capitalista que chega à maturidade, o trabalho necessário e o trabalho supérfluo, a produção do útil e a produção do desperdício, a criação e a destruição das riquezas, estão absolutamente confundidos. (1986, p.86).

Poderíamos acrescentar que o trabalho que produz a liberdade ou a dependência, o que produz saúde ou doença, o que preserva e o que destrói, o que produz a vida ou a morte é visto da mesma forma, com igual consideração e seriedade. Portanto, além de rarear, o trabalho é muitas vezes humanamente absurdo, fazendo com que o trabalhador tenha de submeter-se ao exercício de tarefas com as quais não está de acordo e que jamais executaria de livre e boa vontade. O trabalho humano submete-se integralmente e para além de qualquer princípio ético

co aos interesses do capital, conduzindo à absurda situação de que aquilo que o homem mais precisa e busca contradiz a sua própria natureza, seja individual ou social. O ser humano não está conciliado com o trabalho que realiza. O princípio dominante é o ajuste do trabalho aos interesses do capital e, quanto mais perfeito for essa subordinação, mais útil será considerado e por conseguinte mais bem-remunerado será o trabalho. Não mais a realização de ideais humanos, mas o valor dinheiro tornou-se a forma indireta de “dignificar” o trabalho.

Pode-se dizer que a universidade encontra-se hoje numa situação extremamente delicada e dilemática por ser, de um lado, responsável pela formação de profissionais que necessitam dos lugares de trabalho e, de outro, pela quase totalidade da pesquisa científica que, operacionalizada em autômatos informatizados, reduz a necessidade da mão-de-obra humana. A universidade deve produzir ciência e tecnologia e formar profissionais para o mercado de trabalho, mas na lógica do modelo econômico liberal, comandado pelos princípios da competitividade e lucratividade, ciência e tecnologia servem, ao mesmo tempo, tanto para produzir mais e melhor, garantindo fartura e preços acessíveis, quanto para reduzir os custos relacionados com o emprego de mão-de-obra humana.

## 2. Universidade e empresa

Revistas, livros e jornais alardeiam hoje por todos os cantos a importância da relação entre a universidade<sup>9</sup> e o setor produtivo. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro, como já foi feito no item anterior com relação à formação para o trabalho, que a cooperação com o setor produtivo é um aspecto importante do desempenho acadêmico. Tanto pode contribuir para a modernização da produção através da incorporação de novas tecnologias desenvolvidas na universidade quanto esta pode orientar suas atividades a partir de uma prática social concreta. No entanto, o discurso incisivo que atribui à articulação entre empresa e universidade um significado tal que parece ser este o único sentido

da universidade me parece exagerado. Não é apenas pelos serviços que a universidade presta, e repito, deve prestar, às empresas, que se mede a utilidade da academia. Por mais importante que seja, essa é apenas uma das faces do sentido social da universidade. É preciso deixar muito claro que o sentido social da universidade encontra-se em primeiro lugar no desempenho competente e adequado no campo da pesquisa e do ensino. Essas funções devem ser desenvolvidas com perspectiva social, o que não significa que elas devam preservar uma relação imediata e mecânica com uma realidade social dada. Ao contrário, o sentido social da universidade pode muitas vezes encontrar-se não no amoldar-se e servir, mas na crítica. A chamada extensão universitária serve muitas vezes como desculpa para o mau desempenho da universidade naquilo que ela realmente deveria fazer. (Compare, Fagundes 1986) Trata-se afinal de uma universidade e não de uma instituição de assistência social, assessoria de empresas ou substituta de órgãos governamentais que não cumprem seus encargos. É necessário desmistificar isso que se tornou um tema de moda, pois, nem para a universidade nem para a empresa a aproximação entre ambas é a cura de todos os seus males como às vezes se imagina. Para a universidade, a cooperação com o mundo empresarial é apenas um dos elementos de seu compromisso social que, como já disse, é muito mais amplo. Para a empresa, por seu turno, a cooperação com a universidade representa também apenas uma das formas de atualização e aproveitamento dos avanços científico-tecnológicos. Todos sabemos que cada vez mais as próprias empresas mantêm seus próprios centros de pesquisa, voltados exclusivamente para o desenvolvimento de produtos com potencial de lucro. Para a universidade, ao contrário, ciência e tecnologia devem ter sempre um sentido social muito mais amplo que ultrapassa em muito os interesses concretos das empresas. Disso, podemos inferir que se trata de uma relação complexa que, além das vantagens que ambos os lados dela esperam e certamente podem auferir, tem claros limites e também envolve riscos, sobretudo para a universidade. Não

tem, portanto, lugar um otimismo exagerado até mesmo porque, em muitos casos, como lembra L. A. Cunha (1997, p. 24), o próprio sistema produtivo descarta a produção das universidades em termos de cultura, ciência e tecnologia. Na verdade, em muitos casos, a universidade é lenta demais para o ritmo do mundo empresarial que prefere optar pela importação de pacotes tecnológicos prontos que têm aplicações imediatas. O produto das pesquisas acadêmicas, oferecido de forma bruta desde o ponto de vista de sua aplicação prática, não tem condições de ser absorvido pelo sistema produtivo. Isso gera uma grande frustração nas empresas porque elas não conseguem inverter o que a academia lhes oferece diretamente em produtos e na universidade porque se frustra a esperança de que a ciência e tecnologia por ela desenvolvidos contribuam diretamente para a independência e soberania nacionais nesses setores. A universidade reclama do desinteresse das empresas pelo investimento na área de ciência e tecnologia, mas ignora os fatores custo (importar tecnologia pronta é muitas vezes mais barato) e tempo. Na realidade, trata-se de uma situação perversa, uma vez que a mesma sociedade, a maior interessada na produção de ciência e tecnologia nacionais porque estas poderiam contribuir para a sua autonomia, exige, enquanto consumidora, produtos de última geração que só podem ser obtidos ou pela importação direta dos produtos já acabados, ou pela compra rápida do *Know how* técnico-científico para produzi-los.

Os altos subsídios dados pelos governos dos países desenvolvidos do Norte às suas universidades, como, também, o forte investimento em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas multinacionais condenam à obsolescência os conhecimentos produzidos em nossas universidades, em proveito da venda de "pacotes tecnológicos" de marcas e de processos (Cunha, 1997, p.25).

E não há como evitar isso, pelo menos a curto prazo, uma vez que os desejos e necessidades dos consumidores são gerados pela mídia a partir de produtos dos países mais de-

envolvidos que, por condições que não interessa discutir aqui, já incorporam tecnologia mais avançada.<sup>10</sup>

Muitas vezes, ao estabelecer laços de cooperação com a empresa, a universidade teme pela perda de sua autonomia de pesquisa porque as empresas buscam resultados na forma de produtos, intrinsecamente ligadas ao capital e à geração de lucros. A universidade, por seu turno, tem interesse na pesquisa básica e quer preservar sua autonomia e seu posicionamento crítico. O que fazer? Na minha opinião, nem tanto ao mar nem tanto à terra. É preciso, antes de mais nada, ter clareza sobre os limites da relação entre universidade e empresa por causa da natureza distinta e dos objetivos específicos de cada um desses setores. Segundo Cunha (1997, p.25),

as universidades (...) podem-se inserir no mercado, sem perder sua autonomia, com a condição de determinarem quando, como e para quê farão tal inserção... [Mas acrescenta imediatamente,] sendo fiéis aos seus princípios, elas não poderiam deixar de atuar, também, contra o mercado, cujos mecanismos, tão celebrados nesse momento de globalização hegemônica, reproduzem eficazmente a miséria e a dominação em nossos países.

Bem se sabe que a universidade não pode simplesmente ser "inquilina da utopia", negando-se a prestar serviços à comunidade ou desenvolver projetos conjuntos com empresas, mas, em contrapartida, não pode abrir mão de sua tarefa crítica, resignando-se à subserviência mercadológica numa sociedade capitalista comandada por grupos de interesse econômico cujo primado condena amplas margens da população à marginalização e à miséria.

É preciso ter em conta ainda um outro aspecto, talvez mais sutil mas nem por isso menos importante, da relação entre universidade e empresa, por causa de seu reflexo em nível interno da universidade. Trata-se da tendência de a universidade submeter-se à lógica do lucro na medida em que privilegia, no seu relacionamento com as empresas, as áreas de maior retorno econômico, as quais, por isso, tornam-

se focos de atração para boa parte dos alunos e pesquisadores, também eles seduzidos pelo poder de atração do retorno econômico. O conhecimento a ser adquirido ou produzido na universidade passa a ser interessante apenas na medida em que for passível de ser transformado em dinheiro. Daí decorre um quadro que todos bem conhecemos: a formação científica ou profissional é mais ou menos valorizada segundo seu potencial de renda futura. O poder de compra que este garante é a carteira de identidade do homem contemporâneo. Conforme diz Anselm Jappe, na apresentação que faz de *Os últimos combates* de Robert Kurz (1997, p.8), “por trás da processualidade cega e auto-referencial do valor não há nenhum sujeito que faz a história.” Muda-se a máxima cartesiana “penso, logo existo” para “compro, logo existo”, ou seja, quem não é capaz de comprar não existe. Mesmo sem dispor de dados empíricos, nossa experiência permite-nos afirmar sem risco que grande parte dos alunos que chegam à universidade apenas esperam que se lhes transmitam conhecimentos e habilidades com os quais futuramente possam ganhar dinheiro. Com isso, as universidades são obrigadas a competir num mercado acadêmico cada vez mais dominado pela mesma lei da produtividade e do lucro que rege o mercado em geral. As perguntas fundamentais a respeito do ser humano, da formação, da cultura e da ética são ridicularizadas no interior da academia, pelo menos, por grande parte do corpo discente e também docente, como “coisas que não servem para nada”. O lucro, diz Forrester (1997, p.19), torna-se

a única lógica, como a própria substância da existência, o pilar da civilização, a garantia de toda a democracia, o móvel (fixo) de toda a mobilidade, o centro nervoso de toda a circulação, o motor invisível e inaudível, intocável de nossas animações.

E, referindo isso à universidade, Renaut não entende porque

a gente não se pergunta jamais se a incapacidade de tantos universitários de participarem, com suas competências, dos debates atuais

não seria um dos mais cruéis indícios do rebaixamento contemporâneo da universidade (Renaut, 1995, p.23).

É claro que esse não é um problema exclusivo da universidade e, talvez, nem nasça em seu seio, mas é, sem dúvida, parte de sua missão contribuir para superá-lo. Trata-se, no fundo, de salvar a dimensão mais profunda do homem, preservando-o de sua exteriorização total no material. Para a universidade trata-se de uma questão ética que afeta a essência de sua atividade e de seu sentido social. Por isso, é preciso ficar alerta para que o sentido social da universidade não seja abreviado e reduzido à função de prestadora de serviços, seja para empresas ou outros organismos sociais. A prestação de serviços ou a extensão universitária, como é tradicionalmente conhecida, é, sem dúvida, importante e não pode ser abandonada, mas o sentido social da universidade não se restringe a isso e deve ser inerente ao desempenho acadêmico em qualquer campo de atuação, mesmo naqueles momentos em que se dedica à pesquisa ou à docência que não têm aplicação prática imediata. Constitui-se um grande erro avaliar o sentido e o valor da teoria a partir de sua aplicação direta e mecânica à prática.

O sentido da ciência não se esgota no seu lado aplicável e muito menos quando essa aplicabilidade está restrita à satisfação de determinados interesses que, em certos momentos históricos ou modelos socioeconômicos se tornam hegemônicos. De modo geral, ciência e tecnologia e sobretudo sua aplicação particular não exaurem o projeto humano. Há outras questões vitais para a sociedade e para a comunidade a partir das quais a comunidade decide o seu futuro e estas a universidade antes de mais nada deve representar desempenhando bem suas funções precípuas nas áreas de pesquisa e ensino.

Habermas critica com muita razão a universalização da racionalidade técnica e instrumental que torna a sociedade, como já dizia também Max Weber, não uma comunidade de seres humanos que convivem a partir da ade-

são a normas dialogicamente estabelecidas, mas um complexo administrado pela imposição de normas técnicas. Ciência e tecnologia que encontram sua justificativa na eficiência assumem um papel fortemente ideológico na medida em que fogem da reflexão crítica, uma vez que as regras técnicas requerem aceitação incondicional. Parece-me, por isso, que a universidade, para além de seu evidente envolvimento no campo da ciência e tecnologia, deve se sentir responsável também pela emergência de uma nova responsabilidade favorável à reconstrução de uma sociedade que, sem rejeitar os ganhos da ciência e da tecnologia, seja capaz de reinventar uma cultura mais humana. Esse mesmo sentido social deve orientar a relação universidade/empresa não só no tocante ao direcionamento social de projetos específicos, mas na promoção de debates que coloquem em tela o sentido social da própria empresa. Deve haver, portanto, entre universidade e empresa um trabalho conjunto, não apenas objetivando desenvolver projetos ou produtos, mas um influenciar mútuo de ambos os segmentos sociais para que cumpram, cada qual a seu modo, sua missão no horizonte maior do desenvolvimento humano.

### 3. Universidade e formação profissional

Inicialmente, antes de falar especificamente sobre o tema da formação profissional, parece-me conveniente fazer algumas observações de ordem geral sobre a situação da educação (de nível superior), destacando a conotação fortemente utilitarista e subserviente que ela assume nos dias de hoje. Por “boa educação” entende-se aqueles procedimentos didático-pedagógicos que inserem o educando no sistema socioeconômico e o instrumentalizam adequadamente para que nele possa desempenhar alguma função útil. Educação liga-se ao sistema e, nessa relação, o primeiro é o pólo determinante. Educação torna-se uma função a serviço não do ser humano mas do sistema. Este tem dinâmica própria, regida por leis e regras técnicas (Habermas) que extrapolam as possibilidades de influência do ser humano. O

indivíduo está fadado a submeter-se à lógica do sistema e ser-lhe útil se desejar usufruir de suas benesses.

O estudante que passa pela universidade não se forma, mas é com-formado segundo os padrões e expectativas dominantes, instrumentalizando-se não para melhor compreender a realidade, mas para mais bem adaptar-se a ela. Essa lógica tornou-se tão imperativa que o próprio indivíduo a internalizou, tornando dispensável, a partir daí, qualquer estratégia de indução: ele a deseja e busca de livre e espontânea vontade como se fora isso o melhor para ele. Não mede esforços para chegar lá e não recua nem mesmo ante a necessidade de abrir mão de si mesmo enquanto indivíduo autônomo, dono de seu pensar e agir, com capacidade própria de compreender e explicar a realidade, para ser mais bem adaptado às exigências dos fatos. Sua maior preocupação é a sua “aproveitabilidade” num mercado de trabalho que se apresenta como realidade autônoma à qual convém atender. Forças que transcendem o humano determinam, direcionam e limitam o mundo produtivo e laboral não restando ao indivíduo senão encontrar formas de sujeitar-se às suas exigências. Neste contexto, os conhecimentos, técnicas e habilidades, oferecidos pela universidade são julgados a partir de seu potencial instrumentalizador, ou seja, pelo seu potencial de habilitar o indivíduo para o mercado de trabalho. Angústia inspiram-lhe as constantes e céleres mudanças deste mercado bem como a escassez de postos de trabalho num mundo em que a competitividade tornou-se uma verdadeira lei da selva, todos elementos que dificultam a sua adaptação. Educação, portanto, é considerado instrumento para melhor competir, para chegar lá, para vencer, para derrotar os outros. Perde-se o sentido de formação humana integral e o sentido social da educação. Ao contrário, na medida em que instrumentaliza e adapta, submete o indivíduo e, na medida em que promove a concorrência, a luta e a derrota dos outros, a educação tornou-se anti-humana e anti-social. É quase uma guerra, pois o desajuste ou mesmo o simples

descompasso do indivíduo em relação à evolução autônoma do sistema pode significar o desinteresse do sistema por ele e seu conseqüente descarte.<sup>11</sup>

Desde que o sistema produtivo consagrou como sua maior força o conhecimento, conhecer tornou-se o mandamento primeiro para quem quer vencer. Mas já não bastam conhecimentos e habilidades fixas: é preciso aprender a aprender para sobreviver num mundo em permanente processo de transformação. Tanto os conhecimentos quanto a disposição para a aprendizagem permanente não buscam mais explicar e compreender a realidade como produto histórico, passível de receber a intervenção humana segundo os interesses do humano, mas assumem um caráter estrutural afirmativo. Inclui-se a “educação permanente” passa a assumir esse sentido: criar condições de aprender ao longo de toda a vida para que o processo de adaptação não se interrompa. O processo histórico que Marx definiu como dialético tornou-se uma relação de via única na qual a realidade segue imperturbável seus rumos ditados por regras técnicas (Habermas) que independem da participação do homem, condicionando o indivíduo à submissão unilateral. Esse é o preço que aqueles felizes que não foram expurgados pelo sistema devem pagar pela sua sobrevivência. O fantástico espetáculo das conquistas científico-tecnológicas embeveceu de tal modo o homem que ele próprio se ofertou em sacrifício no altar desse “progresso”. Progresso, conforme assinala muito apropriadamente W. Benjamin numa de suas famosas alegorias, é a brisa que mantém estendidas as asas do anjo da história, empurrando-o de costas para o futuro enquanto sob seu olhar estarecido ruínas sobre ruínas se amontoam à seus pés (Benjamin, 1985, p.158). A adesão do indivíduo à cultura e à sociedade não se dá mais por decisão racional, mas por necessidade.

Houve épocas em que essas forças eram mais aparentes e visíveis, podendo ser combatidas, talvez, com mais facilidade. Para Marx, por exemplo, o capital e os seus agen-

tes capitalistas representavam a opressão que para ele eram fonte do sofrimento e da miséria, ao qual o proletariado, portador da verdade e pulsão emancipatória, deveria opor-se num combate sem tréguas até a vitória final que, sem dúvida, haveria de vir. Hoje, com o desenvolvimento das novas forças econômicas, comandadas a partir de centros globalizados e informatizados, independentes e superiores, inclusive, aos Estados Nacionais, o inimigo tornou-se tanto mais invisível e virtual quanto mais presente e eficiente. A vida passa a ser decidida em instâncias, às quais o indivíduo não tem mais acesso, muito embora seja afetado por elas na sua essência. Assim, a racionalidade deixa de ser o elemento vital da cultura pelo qual os indivíduos decidem aderir a ela. A coerção é exercida através de mecanismos sutis e ilusionistas que, inclusive, jogam fortemente com o emocional para impor seus valores. (Cf. Crochik, 1997, p.113). A cultura da propaganda, por exemplo, relega explicitamente o racional em favor do emocional.

Trazendo essas considerações gerais para a área da formação profissional, verifica-se que uma das principais contradições da atualidade reside no fato de que a relativa igualdade, conquistada através da educação, ao invés de representar um avanço em direção à emancipação, significa, ou pelo menos pode significar, uma submissão ainda maior. Em que termos? Primeiro, porque a educação do indivíduo, como foi dito anteriormente, deve se orientar completamente nas exigências sistêmicas que não podem ser questionadas e, segundo, porque com as melhores condições educativas de todos e por não haver emprego para todos, os indivíduos são talhados para a disponibilidade e a intercambialidade, segundo as necessidades e as vontades imperscrutáveis do sistema. Quem não se adapta, quem questiona, quem não contribui efetivamente para o sistema pode ser facilmente substituído (cf. Crochik 1997, p.120). O postulado da educação para todos se alia à igualização e indiferenciação do indivíduo. Este, para que tenha alguma chance

de sobrevivência, é obrigado a introjetar os conhecimentos e habilidades de que necessita para a sua própria subsistência e “desenvolvimento” sem que ele próprio possa pensar e decidir sobre aquilo que deseja assimilar.

Um outro aspecto dessa contradição, mencionado também pelo autor antes citado, é o da crescente mecanização do trabalho que, ao contrário do que muitas vezes se diz, já não exige um elevado grau de educação, pelo menos no sentido mais amplo e profundo deste termo da relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Exige-se, apenas, uma

adaptação aos procedimentos da máquina, e um simples treinamento pode propiciar um desempenho adequado, o que leva a própria educação, tal como foi pensada em séculos passados, a ser menosprezada (Crochik, 1997, p.120).

A educação é hoje muito mais algo de útil, sistêmico, a ser incorporado como instrumento de sobrevivência do que formação reflexiva na perspectiva da emancipação, da construção de algo melhor para os homens. Vista desde essa perspectiva, educação apresenta claramente duas faces: a útil e a inútil. Útil é aquela que instrumentaliza o indivíduo para torná-lo útil ao sistema ou, do ponto de vista do indivíduo, para ganhar dinheiro; inútil é aquela que incorpora cultura para a formação do cidadão esclarecido. Numa sociedade em que, conforme já dizia Paulo Freire (1975), o Ter predomina sobre o Ser, a segunda deve ser sacrificada em favor da primeira. Esta é claramente a realidade educacional universitária que se apresenta aos nossos olhos.

Como já foi feito nos dois itens anteriores, devo repetir aqui que não se trata de negar valor à formação para o mercado de trabalho. Seria evidentemente ilusório e alienante defender tal posição. Não obstante, é preciso ficar muito atento ao caráter ideológico de certos discursos aparentemente progressistas que absolutizam o enfoque profissionalizante da educação universitária. Atrela-se e reduz-se a esse enfoque a responsabilidade social da universidade que deve ser entendida como muito mais ampla, ultrapassando,

inclusive, o círculo reduzido daqueles que chegam à universidade. Por detrás desse distorcido conceito de responsabilidade social da universidade esconde-se uma perigosa mediação entre economia e cultura. O desprestígio do cultural e o lugar determinante do econômico provocam um grave desequilíbrio entre esses dois espaços em favor do último. O poder econômico goza de tal autonomia que, inflado por seu prestígio, acaba se tornando o critério último de avaliação das demais atividades no interior da universidade. Nesse contexto, o trabalho acadêmico-cultural da universidade merece reconhecimento e apoio apenas na medida em que se coaduna e favorece os interesses econômicos. “O valor”, diz Kurz (1997, p.27), “não é nenhuma ‘coisa econômica’ crua, mas ao contrário a forma social total, ou seja, a forma-sujeito e a forma-pensamento”. O econômico impregna tudo tornando-se mais importante que a própria vida. A formação do indivíduo tanto no que diz respeito ao seu aprimoramento pessoal quanto no que se refere à sua formação para o social passa a ser dirigida pelo fetiche do valor dinheiro. A própria educação tornou-se uma mercadoria com valor de troca. Se os processos educativos não estão animados pela promessa de serem lucrativos, as pessoas já não os desejam. Dispensam-nos. A formação do ser humano integral que inclui os aspectos cultural, político, ético, pessoal tornou-se perfumaria inútil. Pode-se dizer que estamos presenciando o fim do cientista, do professor e da própria academia enquanto figuras heróicas e entramos numa era da valorização de sua ação a partir do econômico. Se analisarmos as reformas pelas quais passam grande parte dos sistemas de ensino superior de muitos países, veremos que um dos principais critérios para incluir, excluir, reduzir ou realocar áreas, pessoas e recursos é precisamente o econômico.

É claro que não pretendo retornar a um conceito Humboldtiano de universidade. Humboldt, no contexto do surgimento do novo conceito de ciência que assumia como determinante principal seu caráter de produtivida-

de e utilidade, defendia um modelo de universidade que deveria cultivar a ciência como uma atividade neutra e independente dos interesses do Estado e das forças econômicas. Na Alemanha daquela época, não as universidades, mas as chamadas Escolas Técnicas Superiores, as *Fachhochschulen*, ficariam encarregadas de garantir a relação entre teoria e prática através da formação profissionalizante. O projeto de Humboldt procurava resguardar a universidade dessa ideologia utilitarista, desvinculando-a tanto dos interesses do Estado quanto da pesquisa utilitarista. Com isso não pretendia eximir a universidade de sua responsabilidade social, mas acreditava que a sua missão se encontrava no campo da busca da verdade do que a sociedade seria, ao final, a maior beneficiária. Na França, a universidade napoleônica, tutelada pelo Estado, seguiu caminho inverso, encarregando-se da formação de profissionais para o Estado e para o mercado. Nesse país, inversamente ao que ocorrera na Alemanha, a pesquisa mais independente ficou a cargo das Escolas Normais Superiores que se tornaram os verdadeiros centros de elaboração do saber novo. É bastante curioso que Renaut (1995), num trabalho sobre a universidade francesa, atribui sua atual crise precisamente ao fato de ela ter sido degradada à universidade de serviços, tornando-se, por isso, não merecedora dos recursos governamentais, destinados predominantemente às *Grandes Écoles*, encarregadas do desenvolvimento científico-tecnológico. Não seria essa uma antevisão do cenário que nos espera se aqui no Brasil forem criados os tais *centros de excelência* ou *institutos de pesquisa* dos quais se ouve falar com insistente freqüência? <sup>12</sup>

A lição que podemos aprender de Humboldt é que, através de seu projeto de formação pela ciência, ele soube compreender que a desvinculação entre pesquisa útil e pesquisa pura teria sido um desastre para a universidade que, privada de uma de suas faces, teria ficado uma entidade vazia em decorrência da "dupla ameaça constituída pela perspectiva de uma teoria privada de toda a perspectiva prática e de uma

prática privada de toda a reflexão teórica." (Renaut, 1995, p.120) Muito embora a fórmula encontrada por Humboldt de que o próprio saber forma, desobrigando a universidade de um compromisso social mais direto, esteja hoje totalmente superada, a idéia da 'formação através da ciência' que integra a pesquisa e formação de alunos, pode servir-nos de alerta ante a idéia de que o sentido da universidade se restringe à prestação direta de serviços à sociedade. O sentido útil da ciência deve ser complementado pelo seu sentido formativo.

Para Habermas, as concepções filosóficas do idealismo alemão em matéria de ensino superior, na forma como se concretizaram na universidade de Humboldt, já não são mais pertinentes. A concepção de universidade como *universitas scientiarum* não tem nem poderia ter sustentação nos dias atuais. O modelo idealista da universidade humboldtiana seria hoje facilmente desnudado como uma instituição rendida à perspectiva filosófica do sistema. O projeto moderno de totalização do conhecimento das "grandes narrativas", como nominam os pós-modernos esta, dita, uniformização imperialista do saber, estaria se esvaindo na fragmentação do pensamento contemporâneo refratado em mosaicos epistêmicos de racionalidades múltiplas e não totalizáveis. Mesmo que não assista razão à tese pós-modernista da fractalização radical da racionalidade, conforme evidenciam análises mais recentes,<sup>13</sup> a razão deve renovar seus argumentos para justificar suas pretensões de universalidade na poliformia de um mundo no qual a verdade se institui dialeticamente no processo histórico.

O projeto idealista estava baseado na convicção de que a ciência pura, exercida independentemente de suas eventuais aplicações, possui poder formativo, de modo que a universidade, praticando-a dessa forma, assumiria e cumpriria sua função de formadora da humanidade, mesmo sem se preocupar com seu lado útil. Ora, essa concepção foi largamente superada no processo do desenvolvimento científico-tecnológico. Conforme lembra Renaut,

no sistema de trabalho que conhecem as sociedades industriais, não se poderia mais separar conhecimento e técnica, desde que se assiste na realidade, constantemente, a utilização da ciência pela técnica e a reutilização do progresso técnico pela ciência. Numa palavra, nessas condições transformadas, a universidade não teria mais razão de se proteger da esfera profissional sob o pretexto de que esta seria estranha ao saber (Renaut, 1995, p.139).

A concepção idealista de universidade baseava-se nas formas pré-industriais de trabalho, sendo, portanto, incapaz de fornecer respostas para os problemas do nosso tempo. Num mundo em que existe uma estreita imbricação entre conhecimento e exercício profissional, ou seja, num mundo em que as próprias competências técnicas geram as suas teorias, como preservar o espaço de uma ciência pura e neutra? Essa nova relação, portanto, entre o conhecimento e o exercício profissional impôs e continua impondo uma reconceptualização da universidade que se encontra agora numa situação mais complexa em que já não é possível o recurso ao distanciamento e neutralidade idealistas. Nesse cenário, duas características talvez devam ser mencionadas antes de outras: a especialização e a aplicação prática do saber. O saber perde sua unidade, torna-se multiforme e especializado. Trabalham-se pequenos recortes do real sempre com perspectiva tecnológica, ou seja, de transformação do saber adquirido em aplicações práticas. Contudo, nas palavras mais uma vez de Renaut

toda a dificuldade com a qual a cultura contemporânea se vê confrontada (...) está no fato de que essas racionalidades tecnológicas não ajudam, por si mesmas, a adquirir habilidades propriamente práticas: o poder de manipular um setor do real não garante que se possua também o de agir, vale dizer, o de determinar o que praticamente é necessário do ponto de vista mais geral.

Em outros termos, assim continua o autor citado,

a gente não vê que o saber decorrente das racionalidades tecnológicas seja formador ao

menos para todos os setores da atividade social onde se trata não simplesmente de administrar tecnicamente o mundo, mas de realizar uma vontade democrática (1995, p.140).

Quero chamar a atenção para este conceito de formação, evocado pelo autor. Trata-se de algo que extrapola a educação meramente técnica, envolvendo uma dimensão mais ampla, integral, do ser humano. Estaria, com isso, novamente incorrendo numa certa nostalgia da idéia idealista de ciência humanamente formadora, convocando a universidade a reaproximar-se desse ideal? Ou, em outras palavras, estaria sugerindo que a solução da incapacidade das racionalidades tecnológicas de promover a formação integral dos alunos, por exemplo, no sentido de desenvolver neles a capacidade de decidir o que é praticamente necessário desde um ponto de vista comum (a formação de uma vontade democrática), estaria no retorno aos ideais de Humboldt?

Já ficou dito anteriormente que isso seria completamente inviável no contexto do mundo contemporâneo. Habermas, tentando responder a essa questão, parte, em primeiro lugar, da idéia de que a universidade tem a função de ministrar uma formação para além das escolas meramente profissionalizantes. Sem essa formação, as questões práticas<sup>14</sup> seriam abandonadas ao julgamento incontrolado e arbitrário, geralmente comandado por interesses particulares, sem ancoragem nenhuma num código ético-democrático mais amplo que considere os interesses sociais, estabelecendo-se para o futuro não um ambiente de luz e racionalidade, mas de obscurantismo e barbárie. Este é, efetivamente, o mundo de hoje que se estende ante nossos olhos. Nesse sentido, e mesmo que já não se possa retornar aos ideais de Humboldt, o conceito de formação universitária deve, no mínimo, ser dirigido por uma ciência capaz de refletir sobre si mesma.

Uma ciência capaz de trazer a todo o saber este olhar sobre si mesmo, este "saber do saber", somente graças ao qual o detentor de uma competência especializada pode adquirir uma visão suficientemente ampla dos resultados

cientificamente alcançados para se colocar questões sobre suas finalidades e implicações sociais e políticas (Renaut, 1995, p.141).

Não se trata de uma ciência separada de sua perspectiva prática e nem independente de sua assimilação no processo de formação profissional. Dito de outra forma: a ciência ou a especialidade que é ensinada ao aluno não deve ser passada a ele como um conjunto autônomo e isolado de conhecimentos transformáveis em competência profissional, mas como ciência que se entende como produto histórico, relacionado com as outras dimensões do saber humano (outras ciências), cujo sentido deve estar na promoção do humano, tanto na relação dos seres humanos entre si quanto com a natureza. Mas, como realizar isso concretamente? Devemos deduzir dessa necessidade da formação reflexiva do futuro profissional a necessidade de introduzir uma ou mais disciplinas paralelas àquelas destinadas à aquisição das competências e especialidades setoriais, ou seja, seria necessário reinstalar, por exemplo, a filosofia no edifício universitário como a ciência das ciências?

Kant, no seu famoso escrito sobre o “Conflito das Faculdades”, em que trata das relações entre as diferentes áreas de conhecimento, em seu tempo representadas na universidade, defende essa posição atribuindo à Faculdade de Filosofia que, a seu ver, não sofria a interferência de nenhuma outra instância, a tarefa de exercer um certo monitoramento sobre as demais ciências. Kant imaginava que ali, onde a razão desfrutasse de toda a liberdade, estando obrigada a respeitar apenas as suas próprias leis, a universidade gozaria da mais completa autonomia, tendo que respeitar somente a verdade. Dedicada apenas ao cultivo da razão, a filosofia poderia, a este título, reivindicar para si o direito de oferecer a todos os outros domínios do saber uma visão de suas amarras tradicionais e suas fórmulas preestabelecidas.

Habermas descarta essa possibilidade porque, na sua opinião, a própria filosofia já

se reconhece incapaz de englobar todo o saber, incapaz de refletir sobre ele desde uma posição externa. Esse ideal metafísico dissipou-se pela autocrítica da filosofia do princípio da univocidade teórica da qual todos os saberes seriam de alguma forma tributários. Assim sendo, a filosofia deveria então ser substituída por uma outra disciplina ou um outro grupo de disciplinas que encarnassem um novo modelo de flexibilidade. Habermas imagina que estas se encontram no terreno das ciências humanas. Para ele, a herança que nos deveria ficar do ideal de Humboldt (da formação pela ciência) seria a necessidade de estabelecer entre as ciências da realidade histórica e social uma nova relação que garantisse a emergência de uma consciência reflexiva.

As propostas de Kant e Habermas coincidem na expectativa de se criar uma instância capaz de subordinar todas as demais faculdades especializadas a uma visão mais generalista, interessada tão-somente na produção da verdade, ou seja, na necessidade de um espaço de consciência e flexibilidade. Desbastando-as de seus respectivos condicionantes históricos, pode-se inferir que ambas coincidem na exigência de que a universidade deve buscar um saber livre do imperativo exclusivo da utilidade. Habermas, um autor contemporâneo, reafirma de alguma forma a carência de horizonte crítico-reflexivo, já presente em Kant e Humboldt. Ante a impossibilidade de a filosofia assumir essa função já que ela mesma teria se tornado uma entre outras especialidades, Habermas sugere confiar essa tarefa às ciências sociais. Estas, refletindo sobre o modo de produção histórico e coletivo dos saberes técnico-científicos como também sobre o modo de inserção dos seus resultados num espaço comum, seriam, a seu ver, as únicas a colocar questões relevantes a respeito das habilidades práticas, ou seja, a respeito do sentido ético, humano, cultural e social dos demais campos do saber. Mas seriam realmente as ciências humanas capazes de preencher o vazio deixado pela filosofia quando sabemos que elas mesmas

são muitas vezes pouco reflexivas e muito mais dogmáticas? Na verdade, ainda não temos uma solução para esse novo conflito das faculdades, embora trate-se de uma questão de extrema relevância para a formação integral dos alunos, para a organização curricular e também para a definição da identidade da própria universidade. Eu arriscaria mesmo dizer que a crise atual da universidade surge em parte sobre o chão dessas incertezas.

A proposta de Habermas não é satisfatória porque não supera, no fundo, as grandes linhas do modelo de Humboldt que, como já havia feito Kant, elege uma faculdade particular, aparentemente hábil no exercício da função reflexiva, como garantia de unidade e liberdade do saber. Fica preservada a estrutura de faculdades e, portanto, de segmentação tradicional da universidade. A pergunta que hoje deve ser posta sobre a mesa é se essa estrutura ainda dá conta de um mundo epistêmico profundamente transformado e cada vez mais transversalizado, bem como de um mundo político e econômico internacionalizado e globalizado. Preocupante e desafiante ao mesmo tempo é a constatação de como, num tal contexto, o conhecimento vem-se tornando um fator de produção, conectado e condicionado por interesses particulares, movidos pelo ideário da produtividade e do lucro para cujo sucesso a especialização e a instrumentalização do ser humano é uma condição *sine qua non*.

A pergunta que a universidade deve colocar é como uma tal ciência ainda pode ser minimamente formadora no sentido do que os alemães chamam de *Bildung*, ou seja, como essa prática científica, segmentada, desinteressada do humano e cabrestada pelos interesses tópicos do útil e lucrativo pode formar a pessoa integral? Ou devemos abandonar de uma vez por todas o ideal de uma universidade completa, preocupada com objetivos mais amplos e formativos, para colocar em seu lugar uma universidade funcional, voltada apenas para atendimento dos interesses sistêmico-técnicos ante os quais qualquer utopia de um ser humano e de uma sociedade

melhor e mais justa deve ser sacrificada?

Em termos realistas, é preciso reconhecer que, de fato, esse ideal foi abandonado. A universidade tornou-se uma instituição de massa, cujo imperativo primeiro é a formação profissional de caráter estritamente técnico. Na maior parte das instituições não apenas a formação humana em termos éticos, políticos, democráticos etc. está completamente esquecida, mas também a relação entre pesquisa e formação profissional está perdida. Não é por acaso que com, crescente frequência, ouve-se a acusação de que a universidade se tornou um grande "escolão". As diferentes faculdades são, na verdade, escolas isoladas, especializadas, desconectadas umas das outras e desligadas de qualquer ambição de formação humana e cultural.<sup>15</sup> O ideal humboldtiano de formação através da ciência cedeu lugar ao mundo técnico-científico, que já introjetado nas próprias expectativas do homem contemporâneo é por ele próprio assumido e desejado, dispensando qualquer imposição de fora.

Num tal mundo não basta apenas recorrer às contribuições adicionais de outras faculdades, como, por exemplo, da filosofia no senso idealista ou das ciências humanas na proposta de Habermas, mas é necessário que se desenvolva uma nova reflexão que parta de dentro das próprias disciplinas ou áreas de conhecimento. Os rumos dessa reflexão devem ser balizados pela busca da recuperação do sentido humano da ciência e de sua inserção na totalidade do saber.

O pleito idealista da função formadora e cultural da ciência pode facilmente ser compreendido no contexto da universidade idealista que era de elite por definição. É preciso perguntar o que um tal ideal pode significar concretamente hoje no contexto da superespecialização de um lado e da abertura da universidade a um público cada vez maior de outro, que, como já foi dito, não deseja outra coisa senão sua formação profissional, técnica entende-se.<sup>16</sup> Se essa abertura significa a "escolarização" da universidade, o que significa então formação de elite?<sup>17</sup> Poder-se-ia imaginar que, na impossibilidade de garantir

um padrão homogêneo de excelência na pesquisa e na formação, cada universidade, admitindo a diferenciação, preservasse pelo menos um de seus setores como de excelência. Trata-se, evidentemente, de uma proposta ambígua, uma vez que privilegia apenas um setor, garantindo em seu âmbito formação em sentido mais pleno, mas abandonando os demais à lógica da escolarização e da tecnoprofissionalização. Não é senão uma “solução” aparente uma vez que não enfrenta o real problema da preservação do nível de pesquisa e formação integral na universidade como um todo.

Outra proposta possível seria a divisão dos cursos em dois ciclos, dos quais o primeiro visasse oferecer, durante determinado número de semestres, uma formação *standard*, inferior ao nível atualmente almejado, e um segundo ciclo que garantisse desenvolvimento de competências superiores exigidas para a pesquisa e o desempenho de funções sociais mais elevadas. Também essa proposta comporta sérios problemas, pois, dessa forma, a universidade estaria assumindo a separação, que Humboldt pretendia evitar, de um ensino ligado à prática, mais imediatamente rentável e útil (primeiro ciclo), e outro, uma espécie de colégio de sábios que evoca a antiga idéia que já os gregos denominavam de “academia”. A universidade propriamente dita, aquela que pesquisa e forma, ficaria restrita, para dizê-lo em termos brasileiros, reservada aos mestrados e doutorados. As faculdades tornar-se-iam “escolas superiores de formação profissional”. Esse modelo, longe de melhorar a universidade, marcaria, de fato, o seu desaparecimento pelo menos no sentido tradicional desse termo.

Essas propostas, apresentadas por Mittelstrass e mencionadas por Renaut na obra já anteriormente citada, opõem-se à tendência atual de institucionalizar a dissociação entre ensino e pesquisa através da incorporação de todos os campos profissionais

advogando abertamente a opção inversa: não trazer para dentro da universidade escolas superiores, mas, ao contrário, levar para as *escolas técnicas superiores* vastos setores das atu-

ais universidades de maneira a recompor o sentido inicial das universidades, isto é, formar a população sábia através da relação estreita entre ensino e pesquisa (Renaut, 1995, p. 150).

Trata-se, a meu ver, de sugestões conservadoras que evitam enfrentar o real problema, optando pela consagração e institucionalização de um *status quo*. Mesmo reconhecendo que não é fácil encontrar a solução ideal, sobretudo num país de poucos recursos como o nosso, parece ser mais indicado seguir lutando por uma elevação geral da educação superior ao invés de segmentá-la em educação superior de primeira e de segunda linha.

O modelo proposto por Mittelstrass significaria submeter os chamados “dinossauros universitários” que, conforme dizem, têm o ventre maior que a cabeça, a um regime de emagrecimento. Com tal dieta, imagina-se reduzir a universidade ao seu núcleo ideal, criando condições para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, bem como da formação em perspectiva mais integral. No entanto, é necessário perguntar se essa seria a única saída para a universidade depois de todos os esforços que foram feitos para ampliar a universidade e torná-la acessível a setores mais amplos da população.

No Brasil, onde não há a tradição de escolas técnicas superiores, insinua-se, de forma cada vez mais explícita, a criação de institutos ou centros de excelência, privilegiados em termos de recursos humanos e materiais. No fundo, trata-se de duas propostas similares com a diferença de que uma sugere recuperar a universidade como centro de pesquisa e formação através da exclusão de todas as atividades estranhas a este fim, enquanto a outra retira da universidade suas funções mais elevadas de pesquisa e cultura, alocando-as em institutos ou centros especiais. Ambas, a meu ver, implicam na separação da instituição em dois níveis, dos quais apenas um teria condições de desempenhar funções de pesquisa, formação e reflexão mais elevadas.

Não se pode negar que a massificação da universidade trouxe e traz sérias dificuldades para a alta cultura, uma vez que, além de to-

dos os problemas de recursos, os próprios jovens que chegam à universidade, em sua absoluta maioria, buscam apenas uma educação profissional técnica no campo de sua opção, sem interesse em formação no sentido que anteriormente referi. Mas tomar essas dificuldades para colocar em andamento um processo de “desbastamento” da universidade, seja conduzindo os aspirantes para as escolas técnicas superiores, seja retirando da universidade suas funções mais nobres de pesquisa e formação, não me parece o caminho adequado. As dificuldades que efetivamente existem deveriam muito antes servir de desafio para encontrar caminhos que possibilitassem uma formação verdadeiramente universitária a um número cada vez maior de jovens. Na verdade, a universidade encontra-se na encruzilhada entre dois modelos: aquele tradicional, de elite, que atendia apenas um pequeno e seleto grupo desvinculado de interesses mais imediatos, e o atual que acolhe um contingente muito maior de pessoas interessadas apenas em sua educação diretamente aplicável ao exercício de alguma profissão. A tarefa que se coloca é como evitar que o número maior de alunos implique na ‘escolarização’ da universidade. No modelo tradicional assumia-se um ideal de universidade e buscava-se sua realização na convicção de que isto serviria de impulso para o avanço e desenvolvimento da sociedade; no modelo atual, a universidade destina-se a atender às necessidades técnico-profissionais de que os indivíduos necessitam para desempenhar determinadas funções na sociedade. Se antes a universidade transcendia a realidade, buscando apontar-lhe novos rumos mas incorrendo também num isolamento e distanciamento do real, agora ela é projetada a partir da realidade permanecendo-lhe próxima mas submissa e aderente. Do idealismo ao pragmatismo acadêmico, poderia denominar-se esta passagem. Metodologicamente, a primeira abordagem se funda na filosofia e a segunda, na sociologia. Talvez, como já sugeriu o grego Aristóteles, a virtude se encontre entre os dois extremos. O modelo idealista reúne virtudes na medida em que preserva seu potencial crítico,

mas distancia de qualquer tarefa prática; o modelo pragmatista, ao contrário, está voltado para a realidade mas lhe é aderente, perdendo a função crítica e formativa. Na verdade, nos deparamos aqui com o mesmo tema fundamental e ineludível da universidade: é preciso redefinir sua identidade e função na sociedade contemporânea (Goergen, 1997, p. 35 s.).

Essas considerações revelam que recém-estamos dando os primeiros passos no caminho para uma solução mais abrangente da crise de identidade da universidade contemporânea. Essa crise é universal e não afeta apenas a universidade nos países periféricos.<sup>18</sup> Ninguém sabe qual será o seu desfecho. O que se registra é um forte apelo para que a universidade se torne uma instituição de serviço, tanto no campo da pesquisa quanto no do ensino, e não sabemos se, levado a termo este processo, ainda irá sobrar universidade, no sentido tradicional desse termo. Ocorre que nos países mais desenvolvidos há uma valorização grande da ciência e tecnologia e, por conseguinte, também da universidade, ao passo que entre nós o momento é de grande letargia e até de sucateamento do que com muito sacrifício já havia sido alcançado. Há hoje um evidente afunilamento da universidade em direção à profissionalização e, ao que tudo indica, a política de ensino superior, atualmente em vigor, tende a fortalecer esta expectativa. Nesses termos, espera-se da universidade que, antes de mais nada, forme profissionais para o mercado de trabalho, na perspectiva das exigências que esse mercado impõe. E assim a educação superior torna-se cada vez mais uma função do mercado de trabalho ou mesmo das empresas. Aqui é o momento de relembrar o que foi exposto nos dois primeiros itens em que se mostrava as dificuldades inerentes ao mercado de trabalho e à relação entre universidade e empresa para ter clareza como a universidade é envolvida no círculo economicista da sociedade contemporânea, correndo o risco de perder toda sua capacidade antitética com relação ao modelo social existente.

Os procedimentos acadêmicos atualmente vigentes baseiam-se fortemente na teoria do

*déficit*, ou seja, na busca da superação, através do ensino e da pesquisa, dos *déficits* que pessoas ou grupos de pessoas têm com relação às expectativas da cultura dominante quanto aos conhecimentos e habilidades necessários para sua integração no sistema. A perspectiva de inclusão está atrelada à supressão do *déficit* cultural com relação às expectativas da cultura dominante. O modelo de cura social através da supressão dos *déficits* tem um suposto claramente pragmático-positivista na medida em que admite e aceita a realidade como estabelecida sem questioná-la criticamente: tanto a universidade/instituição quanto as pessoas que por ela passam objetivam ajustar-se à realidade.

Essa teoria, que poderia ser chamada de “teoria da supressão dos *déficits*”, deixa fora de cogitação as contradições inerentes ao modelo social capitalista e neoliberal, como é, por exemplo, o caso particular da falta absoluta de empregos, anteriormente mencionado. Esse paradoxo, que não é senão um dentre muitos, mostra que persiste confiança no teorema keynesiano de que o progresso haverá de produzir empregos em abundância mesmo que há tempo os indicativos do mercado de trabalho em âmbito internacional evidenciem o contrário. Essa confiança, que ideologicamente se amplia para outros setores permite a insistência no sucesso do modelo socioeconômico vigente, muito embora se agrave a cada dia que passa a separação entre excluídos e incluídos. Na medida em que a universidade se dedica integralmente a suprir os *déficits*, ela assume uma atitude reprodutivista, excluindo de sua agenda o repensar do próprio sistema. A academia justifica-se socialmente pelas vantagens que ela oferece ao sistema, seja pela pesquisa seja pela docência, e não pelo aporte crítico-reflexivo que ela poderia e, no meu entender, deveria, produzir para além ou mesmo contra o sistema, no interesse da sociedade como um-todo. Enfim, a universidade é instada a integrar-se, a aderir, abrindo mão de seu potencial inovador e transformador. Conformando-se, a universidade ajuda, sim, a aliviar o problema dessa ou daquela pessoa, desse ou daquele grupo, ao preço é claro de seu silêncio e sujeição,

mas não contribui para mudar a situação de uma estrutura social injusta.

Sintomático é que quanto mais pesadamente a questão do emprego pesa sobre as consciências, mais se exige da universidade que ela se dedique à formação profissional dos seus alunos. Se ainda nos anos 60 a esfera econômica era severamente criticada como o espaço da exploração e do planejamento tecnocrático do ensino em função do mercado de trabalho como prática alienante, hoje tudo se transformou, gradual e imperceptivelmente. Na medida em que ia ocorrendo a deterioração econômica, impôs-se como objetivo primeiro da universidade a inserção dos alunos, cada vez mais numerosos, no mercado. Pela primeira vez nesse período, a universidade foi convocada a contribuir para a política do emprego e para o desenvolvimento regional, como também a ajudar a reduzir as desigualdades sociais e culturais. A democratização da universidade e a sua abertura a um público cada vez mais amplo levou a universidade a abdicar de sua exclusiva preocupação com a formação de elites do saber. Ocorreu um processo de adequação da formação ao emprego. O ensino de massa implicou num ensino mais e mais profissionalizante, impondo-se, com isso, uma equivalência entre profissionalização, massificação e democratização. O mundo acadêmico tornou-se um mundo fragmentado no qual os departamentos se comportam cada vez mais como grandes magazines, abrindo novas seções, buscando o sucesso pela “*standartização*” das mercadorias e das forças de trabalho. Ao contrário do que vem ocorrendo em outros países, como nos USA, onde os efeitos perversos da profissionalização parecem regredir em favor da reconstrução de uma universidade, cujos valores não derivam mais exclusivamente das exigências da economia. Essa tendência pode ser constatada através de uma simples olhada nos programas das universidades tecnológicas que quase indistintamente prevêm para seus alunos disciplinas como sociologia, filosofia, psicologia etc., até mesmo nas catedrais da ciência & tecnologia, como o famoso MIT.

A orientação exclusiva no mercado implica na valorização de saberes e habilidades especializadas e operacionais. Não há dúvida que o mercado e suas determinações, irreversíveis a curto prazo, são um indicativo importante para a universidade, mas não se pode permitir que essa cultura do profissionalismo assoberbado degenera numa perigosa e desumanizante instrumentalização do saber e do próprio ser humano. A função da universidade não pode reduzir-se à de prestadora de serviços por mais importantes que eles sejam. A visão imediatista deve ser complementada por outra de longo alcance que objetiva a transformação social como um todo. A contribuição que a universidade pode dar nesse sentido não se esgota nos discursos genéricos, mas deve animar o seu cotidiano de pesquisa e docência na medida em que esclarece o sentido social da ciência e a responsabilidade social dos acadêmicos no seu futuro profissional.

Parece que um primeiro estímulo para uma correção de curso nessa linha surge da contradição interna do próprio mercado laboral. A sociedade tecnológica, como lembra Renaut, não tem necessidade apenas de técnicos seguros de suas competências especializadas, mas também de líderes capazes de tomar decisões e definir opções de alguma amplitude, de desenvolver uma visão mais ampla dos campos, nos quais suas competências se aplicam. Fala-se da necessidade do especialista cultivado em contraposição ao especialista de viseira que não só mutila a sua própria inteligência mas é também menos eficaz.

Numa palavra: se as universidades quiserem ser algo mais do que simples escolas profissionalizantes, eventualmente reunidas num mesmo "campus", devem oferecer aos seus alunos uma cultura mais ampla. Há também indícios de que as empresas que empregam os profissionais formados nas universidades valorizam mais e mais sua formação geral. Além disso, é crescente o número de profissionais contratados fora de sua área de especialização. O que pretendo dizer é que a universidade, sem deixar de ser excelente na formação profissional, deve caminhar para uma

reconciliação entre formação especializada e a formação geral, reunindo conhecimento, qualificação profissional, cultura e responsabilidade social. Infelizmente, no interior da própria universidade, sobretudo no campo das ciências ditas duras e aplicadas, esse tipo de discurso é ainda considerado piegas ou "coisa de ciências humanas", desnecessário e supérfluo. Na minha leitura que, confesso, pode ser um tanto otimista, se encontra em descompasso com um movimento mais geral da sociedade que começa a voltar-se contra a tecnificação de toda a vida e do próprio ser humano. Pelo menos em países que já alcançaram o nível de desenvolvimento técnico e sua disseminação no mundo da vida a que nós ainda aspiramos, parecem surgir movimentos de resistência que colocam em destaque a individualidade, a subjetividade, a cultura, enfim a autodeterminação do ser humano e, por outro, a dimensão social do indivíduo.

Traduzindo esse otimismo para o campo da universidade que, a partir do anos 60, foi reduzida a um processo de profissionalização, entendo que hoje nos encontramos no limiar de uma reversão desse processo na medida em que se somam as vozes a favor de uma perspectiva interdisciplinar e cultural que aponta a valorização da formação mais integral do indivíduo. É claro que essa tarefa de reativar a cultura geral, conciliando-a com a cultura das disciplinas instrumentalizadas tecnologicamente, é uma tarefa por ser feita e depende da própria universidade levá-la a termo. Trata-se, de certa forma, de um caminho de volta mas não para o mesmo lugar. Já não se pode esperar que as disciplinas ou especialidades se reintegrem num saber unívoco. O volume de saber disponível e a infinidade de campos de saber exigem até pelas limitações do ser humano que se façam recortes que se constituem em objetos especiais que, por sua vez, se servem de métodos próprios. O que é preciso recuperar é a consciência da artificialidade desse procedimento que não tem fundamento no real. Em outros termos, é preciso recuperar o conceito de totalidade. A recostura do frag-

mentado é uma tarefa muito mais árdua do que a anterior de divisão, pois exige a elaboração de programas e métodos capazes de fazer ressurgir a exigência universitária ela mesma. Para tal, como procurei mostrar anteriormente, já nos podemos valer de um amplo debate que envolve sobretudo duas posições: uma entende que as próprias ciências especializadas podem encarregar-se de recuperar essa cultura geral, e a outra acredita que se deve recorrer às ciências humanas para a realização de tal tarefa. Em trabalho posterior, desejo aprofundar este tema.

Por ora e só para dar alguns indicativos do que pode significar uma tal formação integral no contexto da formação profissional levada a cabo na universidade, quero lembrar que é necessário o especialista adquirir uma visão mais ampla, histórica e interdisciplinar de sua especialidade e do campo de aplicação dos seus conhecimentos e habilidades, um desenvolvimento no campo da cultura e das artes, uma conscientização política e moral numa perspectiva do exercício da cidadania responsável numa comunidade de seres humanos que vivem uma experiência compartilhada. A formação geral à qual me refiro é a ampliação da visão especializada no sentido da unidade do saber e a ampliação do interesse individual no sentido dos interesses e valores comuns e partilhados. Praticamente, parece-me promissora a idéia de incluir algumas disciplinas do campo das letras, da arte e da política, que se dirijam ao ser humano como um todo, à sua sensibilidade e à sua inteligência, à sua criatividade e ao seu senso ético, que integralizem sua formação individual com responsabilidade social. Mas a raiz principal de tal transformação deve estar fincada na própria disciplina por ser esse o espaço respeitado e desejado pelos alunos a partir do qual podem lançar um olhar enriquecedor e integralizador para outros campos do saber, outros enfoques de sua própria disciplina e outras dimensões humanas e naturais.

O caminho mais apropriado para a aquisição dessa cultura geral talvez não seja o recurso a especialistas das ciências humanas e

sociais. Por isso, contrariamente ao que sugere Habermas, parece-me que o movimento não da superação (porque esta nunca mais será alcançada), mas do equilíbrio da superespecialização deve nascer dentro das próprias disciplinas. É preciso colocar em evidência o caráter limitado e parcial de cada disciplina e criar a consciência de que existe, de fato, uma relação intrínseca entre os objetos múltiplos enfocados distintamente pelas diferentes disciplinas. É preciso também mostrar aos alunos o sentido histórico de sua especialidade e, sobretudo, evidenciar o sentido social do conhecimento. Em síntese, é mister criar a consciência de que as questões postas em destaque pelas várias disciplinas não são autônomas nem com relação à sua história nem com relação às outras áreas do saber. Não se trata, a meu ver, de criar espaços isolados de arejamento cultural, mas de manifestar ao longo da formação dos futuros profissionais o papel exercido na sua especialidade pelas questões que concernem à humanidade no seu todo. Aqui fica em aberto uma questão de mais alta relevância, mas que não pode ser tratada neste espaço, que é a necessidade da formação de um novo professor universitário, capaz de realizar sua docência e pesquisa nesta nova perspectiva.

### Conclusão

A sociedade contemporânea é a sociedade do conhecimento, sendo o seu domínio o principal recurso de afirmação e sobrevivência do indivíduo. A luta para vencer na vida depende da aquisição e domínio cada vez maior de conhecimentos. Assim sendo, não só cresce a procura pelas instituições capazes de fornecer esse recurso, mas aumenta sobre elas a pressão para que privilegiem em seus processos educativos aqueles conhecimentos e habilidades com maior relevância prática. Uma das principais facetas desse sentido prático do conhecimento é a preparação profissional. Com o escasseamento dos empregos acirrou-se a concorrência o que, por sua vez, fez recrudescer a luta pelo acesso ao

conhecimento, visto como único instrumento de sucesso. A universidade encontra-se no centro desse campo de batalha. Criada para a produção de conhecimentos novos e o ensino de alto nível ou, em outros termos, a busca e o ensino da verdade, preservava certa autonomia e distância com relação aos interesses e às necessidades individuais e sociais mais imediatas. Esse sentido da universidade transformou-se profundamente, ganhando destaque o caráter de aplicabilidade da pesquisa e do ensino. Ainda que esse objetivo muitas vezes não tenha sido efetivamente alcançado, pode-se constatar que o trabalho acadêmico passa a ser avaliado cada vez mais pela categoria do "útil". Nesse sentido, dois pressupostos ganharam enorme destaque: a educação para o trabalho e a relação com as empresas. Embora admitindo sua importância como dimensões determinantes do ensino e da pesquisa no contexto contemporâneo, procurei mostrar que trabalho e empresa não esgotam o sentido social da universidade. A conexão trabalho e empresa que toma a universidade a seu serviço representa, a meu ver, um estreitamento do conceito de universidade. Sutilmente ela se transforma numa instituição prestadora de serviços cujos fruidores, sejam indivíduos ou empresas, pouco têm de social.

Com base nesses elementos, busquei analisar mais detalhadamente os fundamentos e o significado da educação profissional voltada exclusivamente para a instrumentalização do ser humano para a execução de determinadas tarefas no interior do sistema socioeconômico vigente. Com o predomínio da categoria do útil, o estudante passa a ser educado para uma função social. Ele mesmo se identifica como função que pode ser aproveitada ou descartada pelo sistema. Do ponto de vista da universidade, ocorre um estreitamento em duplo sentido: de um lado, a universidade perde a função de instância crítica capaz de refletir sobre o humano e o social desde uma perspectiva mais ampla e incondicional e, de outro, a educação por ela ministrada perde seu caráter de formação in-

tegral centrando-se sobre a instrumentalização do indivíduo para o mercado de trabalho. A essência da prática universitária é a aquisição de conhecimentos e habilidades e não a educação para as competências do pensar, do decidir e do exercício da cidadania. A meu ver, a função e a responsabilidade da universidade não se esgotam na prestação de serviços e sobretudo com relação ao educativo não se esgotam na formação de funções sociais. Os alunos devem ser formados para a cidadania individual e social através de uma educação integral que inclua aspectos éticos, culturais, artísticos etc. e que, além disso, lhes ofereça o sentido histórico, interdisciplinar e social da disciplina ou especialidade de seu interesse.

Em Kant encontramos a sugestão de que a tarefa integralizadora da educação deveria ser assumida pela filosofia enquanto um saber abrangente e não afeto a interesses imediatistas. Habermas, reconhecendo que a filosofia, tendo se tornado ela mesma uma ciência especializada como as demais, não poderia mais exercer tal função, transfere-a para as ciências humanas. Em ambos os casos, trata-se de uma parcela agregada à educação especializada ou profissionalizante. Por certo que disciplinas como sociologia, história, estética ou outras podem e devem complementar uma educação profissionalizante mas suas perspectivas são limitadas pelo sentimento de rejeição que contra elas alimentam os alunos por razões que não vêm ao caso detalhar. Busquei mostrar no texto que o objetivo de uma educação integral, com as características que mencionei, pode ser mais facilmente alcançada tomando como ponto de partida a própria especialidade do aluno, contextualizando-a historicamente, colocando-a no contexto interdisciplinar e desvendando seu sentido social. Tenho consciência de que isso não é senão um enunciado que precisa ser detalhado e argumentado. Sei também que o primeiro grande obstáculo será a formação de docentes capazes de estabelecer essas relações históricas, interdisciplinares e sociais de sua especialidade.

## Notas

1. Segundo Benjamin Steinbruch, um dos mais influentes empresários brasileiros, “é grave o problema do desemprego. Nos países desenvolvidos vemos governantes e lideranças empresariais e da força de trabalho se unindo para combater os enxugamentos de quadros que decorrem de um complexo de fatores ligados à globalização. Nas economias emergentes, a preocupação dominante é com a criação de empregos destinados aos jovens e às populações marginalizadas que se pretende incorporar ao mercado.” *Folha de S.Paulo*, 23 de junho 1998, 2-2.
2. Gary Becker, prêmio Nobel de economia em 1992, defende a posição de que não é a tecnologia que reduz os empregos, mas que as pessoas estão desempregadas porque lhes falta a capacitação necessária. Na verdade, essa idéia pressupõe que haja emprego suficiente, o que não é verdade. O que ocorre tanto nos USA quanto na Holanda é uma divisão do trabalho existente por um número maior de pessoas através da redução da jornada de trabalho e da introdução do trabalho flexível, com corte dos benefícios sociais, eliminação da garantia de emprego e redução de salários. Ver entrevista com G.Becker na Revista *Isto É* do dia 25-02-1998, pp.17 e 18.
3. Segundo revela Dupas, referindo-se à recente pesquisa da Bweek/Harris, “nos USA (...) 78% dos cidadãos acham que a segurança no emprego acabou e 67% dizem que o sonho americano está ficando fora de alcance (1998, p. 2).
4. O jornalista Vinicius Torres Freire, relatando sua experiência na periferia marginal de São Paulo, onde desemprego e crime desfiguram qualquer sentido humano de vida, refere-se às pessoas que ali vivem como “gerações que cresceram sem perspectiva de vida decendente, achando que suas vidas não valem nada” e conclui com uma frase tragicamente sincera: “E não vale mesmo”. *Folha de São Paulo*, 23-6-1998, p.1-2.
5. O destaque dado neste texto à questão do desemprego não significa que a solução do desemprego seja a panacéia de todos os males sociais. Referindo-se a uma pesquisa realizada pelo IPEA de São Paulo, o jornalista Miguel Jorge esclarece que “se os 7% de desempregados registrados em 1996 não existissem, evidenciando-se um quadro de pleno emprego, o percentual dos pobres no país cairia de 33,4% para apenas 29,9%, uma desprezível redução de 3,5 pontos percentuais” (*Folha de São Paulo*, 23 junho de 1998, p.2-2). Em outras simulações que tomam em conta apenas faixas mais pobres da população a relação é ainda menor. Isso nos mostra que a questão emprego é apenas um dos problemas de uma sociedade desigual e injusta.
6. Segundo Gilberto Dupas, “As sociedades deste final de século, embora fascinadas por vários benefícios e promessas oferecidas pela globalização, já elegeram seu grande inimigo: o medo da exclusão social. Ele atinge todos os níveis. Os inequivocamente incluídos – que sentem as vantagens da tecnologia e da liberdade de mercado, acumulam informações, riqueza e circulam pela aldeia global – têm medo do potencial de violência do excluído, além de um razoável sentimento de culpa, cujo tamanho depende do seu grau de solidariedade social. Aqueles ainda incluídos, assustados com a diminuição dos empregos formais e a redução do Estado-protetor, temem escorregar para a exclusão. E, por último, aqueles que são ou se sentem excluídos, no seu dia-a-dia de sobreviventes, têm razões de sobra para sentir medo”(Dupas, 1998, p.1).
7. Segundo Dupas, “3 milhões (22%) dos trabalhadores das cem maiores empresas norte-americanas perderam o emprego desde 1978. O grosso dos cortes foi na área administrativa. Cerca de 11% dos homens de nível universitário foram para a rua entre 91 e 93, um número superior ao da recessão de 81-83” (1998, p. 3).
8. Se falo aqui da universidade de forma desdiferenciada é porque entendo que os pontos assinalados são igualmente genéricos e podem servir de referência para a relação entre universidade e empresa para além das especificidades institucionais, organizacionais ou locais. Não desconheço, é claro, a dificuldade de se falar, no caso brasileiro, de universidade em geral, tendo em vista as diferenças que existem decorrentes do nível, da estrutura organizacional e do recorte público privado. No fundo, cada universidade, ao se relacionar com empresas, deve estudar concretamente a melhor forma de fazê-lo. Isso não impede e não torna dispensável a reflexão sobre os princípios gerais que devem orientar essa relação. Apesar da abstração exigida pela teoria, teoria e prática são coextensivas, tanto na teoria quanto na prática.
9. É pertinente a pergunta formulada por H-P.Martin e H.Schumann (1996, p.27): “E como alguém poderá afirmar que o mercado fornece às pessoas o que elas querem, quando a indústria da propaganda movimentava uma verba de 250 bilhões de dólares?”
10. Além disso, não pode ser esquecido que, em grande medida, a formação profissional é mais uma questão de prestígio social do que de preparação para um emprego. Não é necessário fazer nenhum

- levantamento de dados para constatar que são significativos os casos em que os empregos exercidos pelas pessoas não guardam nenhuma ou pouca relação com os diplomas de que são portadoras.
11. João Batista Araújo e Oliveira, ex-Secretário Executivo do Ministério da Educação, afirma sem rodeios que "o erro de base (do sistema universitário brasileiro) consiste no princípio, só existente no Brasil, da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão" (*Folha de São Paulo* de 15-6-1998, pp. 1-3) Se é verdade, conforme afirma o articulista, que a universidade brasileira passa por forte crise e que muita atividade dita de pesquisa de fato não o é, a solução não está em jogar o bebê com a água do banho, mas cuidar para que a universidade melhore. Afinal é ela, por mais problemas internos e externos que tenha, responsável pela quase totalidade das pesquisas realizadas no país. E o país não dispõe de nenhuma outra organização que possa a curto ou médio prazos substituir a universidade na importante tarefa de produzir conhecimentos e formar profissionais de alto nível, tão importante para o futuro do país.
  12. Em outro texto, publicado em *Pro-Posições* vol.7, nº 2(20) jul. 1996 (pp.5-28), faço uma análise mais detalhada da polêmica modernismo-pós-modernismo, cotejando dois de seus principais representantes: J.Habermas e J-F Lyotard.
  13. Questões práticas são afíntes, no caso, ao campo que Habermas denomina de "interesse prático", ou seja, ao espaço das decisões humanas de teor ético, político etc.
  14. No caso brasileiro, um dos condicionantes históricos que contribuiu para a "escolarização" e a falta de perspectiva universalizante da universidade é certamente o fato de a maioria das instituições universitárias terem nascido da aglutinação de faculdades isoladas, sem que nessa passagem tenham ocorrido alterações qualitativas.
  15. A abertura das universidades a partir dos anos sessenta é um fenômeno internacional. Trata-se de uma necessidade ineludível, tendo em vista os rumos gerais do desenvolvimento social. No entanto, essa expansão trouxe sérios problemas para o ensino superior, sobretudo, em países que não dispõem de muitos recursos para investir nesse setor. Assim, no Brasil, a necessidade da expansão e a incapacidade de o Estado atender a tal demanda abriram espaço para o surgimento de um grande número de instituições particulares que passaram a explorar economicamente a área. Se na década de 60 a relação entre universidades públicas e universidades privadas era de 70% para 30%, atualmente essa relação está invertida.
  16. Entendo por formação de elite não a formação de uma elite intelectual e profissional opressora do restante da população, mas de uma elite capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento e emancipação da sociedade.
  17. Há, sem dúvida, diferenças e especificidades desta crise nos vários países ou regiões. Os problemas que temos no Brasil não são diretamente comparáveis aos existentes na Inglaterra ou Alemanha, mas também lá como em outros países desenvolvidos a crise da universidade existe e existe a busca de novos caminhos. Veja, por exemplo, as severas críticas que Robert Kurz (1997, 9.30 ss.) dirige à universidade alemã.

### Referências Bibliográficas

- Adorno, TH. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, W. (1985). *Walter Benjamin*. Org. por Flávio Kothe, Série Sociologia, S.Paulo: Editora Ática.
- Crochik, J.L. (1997). *Preconceito, indivíduo e cultura*. S. Paulo: Robe Editorial.
- Cunha, L.A. Universidade e sociedade: uma nova dependência? In *Revista da ADUSP*, Abril 1997, pp. 22-25.
- Dupas, G. (1998). O novo paradigma do emprego, in: *O novo paradigma do emprego e o futuro das relações trabalhistas – Pesquisas*, Ano 1998, N.10, pp.1-19.
- Fagundes, J. (1986). *Universidade e compromisso social*. Campinas: Edit.Unicamp
- Forrester, V. (1997). *O Horror econômico*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gorz, A. (1986). *Métamorphoses du travail*. Paris: Galilée.
- Goergen, P. (1997). Pós-graduação no cenário dos novos paradigmas epistemológicos, in: *Impulso*, Vol.10 (21), pp. 35-62.
- Habermas, J. (1978). *Vom Sozialen Wandel akademischer Bildung*, Habermas, J. *Theorie und Praxis*. Frankfurt: Suhrkamp, pp. 359-375.
- Janet, H. (1981). *A Universidade e as necessidades da sociedade contemporânea*. Fortaleza: Edições UFC.
- Kurz, R. (1997). *Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Martin, H.-P.& SCHUMANN, H. (1998). *A Armadilha da globalização*. S.Paulo: Globo.
- Renaut, A. (1995). *Les révolutions de l'université. Essai sur la Modernisation de la Culture*. Paris: Calman-Lévy.